

Artigo

Mapa da pobreza constrange

FERNANDO CASTILHO

castilho@jc.com.br

Para um Estado que, na publicidade, diz que está retomando a geração de emprego e melhorando a qualidade de vida dos pernambucanos, a revelação da pesquisa da FGV Social de que a mudança da pobreza, de 2019 a 2021, por Unidade da Federação, em pontos percentuais na pandemia, ocorreu em maior intensidade em Pernambuco (8,14 pontos percentuais) é uma ducha de água fria no discurso que o governo do Estado deseja imprimir.

Pernambuco é um Estado cuja economia busca se aproximar da Bahia, que tem o maior PIB do Nordeste, e se distancia do Ceará, que vem em terceiro lugar. E, desde 2021, o governo de Pernambuco tenta se apresentar como um Estado saneado financeiramente, com alta capacidade de investimento público e como o maior gerador de empregos formal na região.

O Projeto Retomada fixa, entre 2021 e 2022, um investimento público de R\$ 5 bilhões, com forte apelo no tema empregabilidade.

Mas os números de 2021 mostram o contrário. E o mais grave: a queda brutal do Estado em gerar renda. Mas contra fatos, não há argumentos. No município do Recife, o índice de po-



MISÉRIA E FOME Assunto precisa entrar na pauta dos possíveis candidatos ao governo de Pernambuco

breza cresceu a 11,4%, maior até mesmo que na Zona da Mata, com 11,1%.

Ao observar a distribuição da população pobre no Estado, o estudo da FGV mostra que o Agreste pernambucano é a região que concentra mais pobres: 59,62%. Significa que, de cada dez pessoas, seis estão vivendo abaixo da linha de pobreza. Em seguida, aparecerem a Zona da Mata (54,89%), Sertão (54,19%), o Grande Recife (45,16%) e, por fim, a capital (36,19%).

O estudo da FGV Social diz que Pernambuco, com 8,14%

de taxa de crescimento da pobreza entre 2019 e 2021, tem quase o dobro do Brasil, bem mais que a Bahia (4,90%), e é duas vezes e meia a do Ceará (3,78%).

Isso não quer dizer que os dois Estados do Nordeste estão melhores nesse indicador. Quer dizer que Pernambuco está entre os piores do Brasil. E que sua economia não gera renda, a despeito de um dos polos com maior capacidade de aplicações no mercado financeiro da região.

No fundo, o que o estudo diz é que, aqui, a pobreza aumentou

e que metade dos pernambucanos está na miséria, porque Pernambuco é o quarto com maior proporção de pobres, com taxa de 50,32%, abaixo do Maranhão (57,90%), Amazonas (51,42%) e Alagoas (50,36%). O Brasil tem média nesse indicador de 29,62%.

É pobre demais com renda de menos. Isso torna muito mais desafiadora a tarefa dos próximos gestores de Pernambuco e virou dever de casa de cada um dos possíveis candidatos ao governo a se debruçarem sobre os números.

Naturalmente, quem hoje es-

tá na oposição atribui toda responsabilidade ao governador Paulo Câmara. É natural e previsível. Mas impõe um desafio maior às equipes do governo do Estado em mergulhar para que a próxima gestão possa receber informações mais propositivas.

Do que menos Pernambuco precisa é de declaração periférica de candidato interessado em post de mídias sociais.

É necessário, portanto, antes de qualquer avaliação, ter honestidade social e cívica para abordar a questão, afinal, estamos falando de 4 milhões de pernambucanos abaixo da linha de pobreza.

O que o estudo chama de Geografia Estadual da Pobreza desafia gestores a trabalhar no aspecto espacial na proporção dos pobres segundo conceito de renda per capita efetiva, todas as fontes usando linha de R\$ 497 mensais a preços do quarto trimestre de 2021.

É de focar na mudança de posição entre as 27 Unidades da Federação visando ter menores taxa de pobreza.

No fundo, o objetivo de Pernambuco é ser Santa Catarina, cujo índice é de 10,16% na pesquisa. Até porque a principal constatação é que Pernambuco não conseguiu avançar quando precisou atuar durante a pandemia.

Como é possível ver no trabalho liderado pelo pesquisa-

dor Marcelo Nery, o contingente de pessoas com renda domiciliar per capita até 497 reais mensais atingiu 62,9 milhões de brasileiros em 2021, cerca de 29,6% da população total do país.

Este número em 2021 corresponde 9,6 milhões a mais que 2019, ou quase um Portugal de novos pobres surgidos ao longo da pandemia. Ou o equivalente ao estado de Pernambuco.

Como diz o Nery, o objetivo da pesquisa é avaliar o nível e a evolução espacial da pobreza durante os últimos anos no Brasil, usando os microdados da PNAD Contínua Anual, recém disponibilizados pelo IBGE. O desafio dos próximos gestores é que, a partir de 2023, Pernambuco possa obter ganhos efetivos que cheguem à população.

Pernambuco é o segundo Estado no Nordeste com maior número de famílias inscritas no Programa Auxílio Brasil, com 1.444.793. Perdendo apenas para a Bahia, que tem 2.259.173 inscritos.

Não é razoável estar nesse tipo de indicador na companhia do estado com menor PIB regional, Sergipe. Entretanto, mais constrangedor é apresentar números abaixo de seis dos nove Estados do Nordeste. Está aí um bom assunto para o governo de Pernambuco anunciar um projeto de retomada.